



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/09/2015

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. EVENTOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	2
3. JORNAL EXTRA	
3.1. COMARCAS.....	3 - 4
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	5
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. COMARCAS.....	6 - 8
5.2. DECISÕES.....	9 - 10
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	11
6.2. DECISÕES.....	12
6.3. JUÍZES.....	13
6.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14

Projeto fundiário do Maranhão é apresentado para corregedores

Garantir a moradia digna é uma missão do Estado prevista na Constituição Federal. Investida nesse objetivo, a Corregedoria da Justiça desenvolve, em parceria com outros órgãos, um avançado projeto de regularização fundiária em todo o Maranhão, a fim de garantir o direito social da propriedade imobiliária. Esse trabalho foi apresentado no Encontro de Corregedores do Brasil pela juíza Oriana Gomes. O encontro foi realizado de 26 a 28 de agosto no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Durante sua exposição, a juíza trouxe inovações implementadas no Maranhão para simplificar e dar agilidade ao processo de regularização fun-

diária. Ela destacou a atuação conjunta entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com representantes das três esferas, bem como cartórios e outras entidades sociedade civil organizada que contribuíram no trabalho de mapeamento de áreas e identificação de moradores.

Implantado de forma efetiva a partir de janeiro de 2014, o projeto de regularização fundiária maranhense ganhou força com a adesão da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de São Luís, já tendo alcançado diversas áreas do município ludovicense. Em agosto deste ano, o Governo do Estado celebrou um termo de cooperação técnica

com a Secretaria de Patrimônio da União, recebendo adesão da Prefeitura de São Luís e da própria Corregedoria, cuja finalidade é a regulamentação de áreas federais situadas na capital maranhense e outras partes do Estado. Oriana Gomes assinou o termo representando a corregedora da Justiça.

Para a juíza essa cooperação vem para somar os esforços já empreendidos pela Corregedoria desde 2014. Ela destacou que o órgão já atua em parceria com outras instituições, cartórios e sociedade civil organizada para promover a cidadania de milhares de pessoas por meio da garantia do título de propriedade das áreas

que ocupam. Ela ressalta que os critérios são adotados com base na lei e que ficam excluídas da regularização as áreas de preservação ambiental e aquelas de risco, a exemplo das encostas.

Segundo a magistrada, só na atual gestão já foram mais de cinco mil títulos de posse entregues na capital e outros quatro mil em Imperatriz. A entrega de três mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, pela Prefeitura, também está entre as ações do projeto, que tem um grande desafio pela frente, considerando que no Estado há quase 500 mil moradias sem a devida regulamentação.

Arte & Cidadania

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



IMPERATRIZ - Alunos da Escola Municipal Domingos Moraes, situada no Recanto Universitário, em Imperatriz, apresentam peça teatral durante o desenvolvimento de atividades do projeto Arte & Cidadania nas Escolas, na última sexta-feira. Sob a coordenação do poeta e cantador Zeca Tocantins e do juiz Delvan Tavares, o projeto foi recebido com festa pelos alunos, nas salas de aulas. Além do teatro, foi realizada uma palestra sobre ética e cidadania, baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ministradas pelos membros do Comissariado de Justiça que integram o projeto. Antes do momento cultural, no pátio da escola, o juiz Delvan Tavares ministrou palestra incentivando os alunos a estudarem cada vez mais, respeitar os professores, tirar boas notas, para que possam ter um trabalho digno e uma profissão digna, segundo o magistrado. No dia 4 o projeto será levado à Escola Municipal Raimundo Aguiar, situada na Avenida Cacauzinho, Vila Independente.

Justiça determina quebra de sigilo bancário do prefeito de Santa Quitéria

PÁGINA 3

Justiça determina quebra de sigilo bancário do prefeito de Santa Quitéria

O Globo – A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) informou nesta terça-feira (1º) que o juiz Jorge Antonio Sales Leite, titular da Comarca de Buriti (MA), determinou a quebra de sigilo bancário e a indisponibilidade dos bens até o limite de R\$ 2.069.154,00 do prefeito de Santa Quitéria (MA), Sebastião Araújo Moreira, o Moirirão (PR).

O prefeito é acusado pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) de praticar “irregularidades relacionadas à gerência na área de saúde e de contratação de pessoal”.

A primeira-dama, Dalila Pereira Gomes, e o empresário, Arquimário Reis Guimarães, proprietário da “A. Reis Guimarães”, também foram alvo da determinação.

O MP havia ajuizado Ação Cautelar Preparatória de Improbidade com Pedido de Liminar em desfavor dos réus. Na ação, é demonstrado o depoimento do ex-secretário municipal de saúde Odair José Oliveira Costa, no qual ele afirma que o prefeito teria contratado a “A. Reis Guimarães” para o fornecimento de mesmo objeto já contratado

junto à empresa “Dismabel”.

De acordo com o ex-secretário, foi realizada a contratação e a transferência de R\$ 2.069.154,00 para a compra de material hospitalar que nunca teria sido entregue. A empresa teria endereço em Paço do Lumiar (M)A e seria de propriedade de um vereador da cidade. A ação do MP também denuncia a contratação de familiares do prefeito e da primeira-dama.

Na sentença, o magistrado cita uma notal fiscal anexada à ação que trata da compra do “absurdo e inimaginável

número de 7.200 pulseiras para recém-nascidos, ao custo total de R\$ 85.800,00, quantidade suficiente para identificar 600 crianças por mês durante um ano inteiro”.

Além disso, Jorge Leite destaca a compra de bens móveis e imóveis por parte do prefeito e da esposa incompatíveis com as suas rendas. A primeira-dama teria adquirido empreendimento residencial em São Luís no valor de R\$ 641.300,00, pagos em valor à vista mais 120 parcelas de R\$ 4.416,38, tendo ainda quatro prestações intercaladas de R\$ 68.534,24.

Escola Domingos Moraes recebeu Projeto Arte & Cidadania nas Escolas

Na próxima sexta-feira é a vez da Escola Municipal Raimundo Aguiar



Domingos Cezar

Comissário de Justiça ministra palestra de cidadania

Domingos Cezar

Liderados pela gestora Gardênia de Almeida Bezerra e a coordenadora Maria Inês Gomes Santana, professores e alunos da Escola Municipal Domingos Moraes, situada no Recanto Universitário, recebeu, na tarde da última sexta-feira (28), coordenadores, artistas e escritores que integram o projeto Arte & Cidadania nas Escolas.

Sob a coordenação do poeta/cantador Zeca Tocantins e do juiz Delvan Tavares, o projeto foi recebido com festa pelos alunos, nas salas de aulas, que ficaram atentos às palestras de ética e cidadania,

baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ministradas pelos membros do Comissariado de Justiça que integram o projeto.

Antes do momento cultural, no pátio da escola, o juiz Delvan Tavares ministrou palestra incentivando os alunos a estudarem cada vez mais, respeitar os professores, tirar boas notas, “para que possam ter um trabalho digno e uma profissão digna”, afirmou Tavares, que ao final agradeceu a atenção das crianças e adolescentes presentes.

Integram o projeto e visitaram a escola Domingos Moraes, além dos coordenadores, Zeca Tocantins e Delvan Ta-

vares, membros do Comissariado de Justiça, o presidente da Fundação Cultural de Imperatriz – FCI, Antonio Mariano de Lucena Filho, o assessor de imprensa da FCI, Fabrício Barbosa, e os acadêmicos Domingos Cezar e Gilmar Pereira.

Na próxima sexta-feira (4), a segunda das dez escolas que receberão o projeto ainda este ano será a Escola Municipal Raimundo Aguiar, situada na Avenida Cacauzinho, Vila Independente. O estabelecimento de ensino tem como gestora a professora Luzanira Aguiar e Silva e como coordenadora a professora Maria Inês Gomes Santana.

Em cidades grandes, 52% das obras do PAC Saneamento têm problemas - Pág. 2

AUDITORIA EM BOM JARDIM

Uma comissão formada por membros da Corregedoria, Controladoria e Procuradoria do município de Bom Jardim (MA) começou, nesta segunda-feira (31), a auditoria sobre os contratos firmados por Lidiane Leite da Silva (sem partido), foragida da Justiça por suspeita de desvio de verbas da educação, quando estava à frente da administração da cidade. Empossada após a fuga de Lidiane, a prefeita em exercício, Malrinete Gralhada (PMDB), disse ao G1 que está fazendo o recadastramento de funcionários da prefeitura por haver indícios de irregularidades nas contas do Executivo Municipal, inclusive com possibilidade de "servidores fantasmas". **Pág. 5**

Comissão de Bom Jardim inicia auditoria de contas da prefeitura

Uma comissão formada por membros da Corregedoria, Controladoria e Procuradoria do município de Bom Jardim (MA) começou, nesta segunda-feira (31), a auditoria sobre os contratos firmados por Lidiane Leite da Silva (sem partido), foragida da Justiça por suspeita de desvio de verbas da educação, quando estava à frente da administração da cidade.

Empossada após a fuga de Lidiane, a prefeita em exercício, Malrinete Gralhada (PMDB), disse ao G1 que está fazendo o recadastramento de funcionários da prefeitura por haver indícios de irregularidades nas contas do Executivo Municipal, inclusive com possibilidade de “servidores fantasmas”.

“Recebi informações de que existem muitos funcionários fantasmas na folha de pagamento da



Prefeitura de Bom Jardim. Então adotamos essa medida para a gente possa saber como se encontra a real situação das folhas de pagamento do município”, afirmou.

Segundo Gralhada, o município de Bom Jardim está em estado de abandono administrativo. Existem problemas nos contratos de licitações para construção e reforma de escolas da cidade, documentos foram extraviados da prefeitura e o salário dos funcionários públicos está atrasado.

“O município está em estado de abandono total. Os secretários ainda não entregaram as pastas. Muitos documentos foram tirados da prefeitura, então

nós estamos buscando condições de trabalho ainda. Estamos fazendo esse levantamento, mas a saúde e educação serão prioridades no primeiro momento”, explicou.

Gralhada foi empossada prefeita na sexta-feira (29) pelo juiz Cristóvão Sousa Barros, titular da 2ª Vara da Comarca, no Fórum de Bom Jardim. O magistrado havia concedido, na quinta-feira (27), mandado de segurança determinando que a vice assumisse imediatamente a prefeitura.

A prefeita Lidiane está foragida desde o dia 20 de agosto, quando foi deflagrada a "Operação Éden", da Polícia Federal, que apura desvios de verbas da educação. De acordo

com o superintendente da PF no Maranhão, Alexandre Saraiva, foi solicitada a inclusão do nome dela à lista de procurados da Interpol.

Escândalo internacional
?Procurada pela Polícia Federal (PF) desde o último dia 20, a prefeita afastada de Bom Jardim (MA), Lidiane Leite (sem partido), ganhou destaque na imprensa internacional.

O paradeiro ainda é desconhecido.

Nesse domingo (30), a página eletrônica da BBC News de Londres destaca a procura pela prefeita: “Prefeita brasileira que comanda cidade via WhatsApp é procurada por corrupção”, destaca a manchete.

Município é condenado por envolver empresas em fraudes fiscais

Pág - 5

Município é condenado por envolver empresas em fraudes fiscais no MA

O município de Gonçalves Dias (MA), a 341 km de distância da capital maranhense, foi condenado pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) a indenizar duas empresas por danos morais e materiais após ter envolvido seus nomes em fraudes com falsificação de notas fiscais e recibos.

Conforme determinado pelo TJ-MA, o município terá que pagar indenização por dano moral em R\$ 40 mil para cada empresa, além de

danos materiais a serem apurados em liquidação de sentença.

Conforme apurado pela Justiça, os nomes das empresas foram incluídos, indevidamente, na tentativa de burlar a prestação de contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE), em inúmeras notas fiscais e recibos forjados.

Os documentos simulavam compra e venda de produtos em grande volume, totalizando mais de R\$ 200 mil.

Justiça determina indisponibilidade de bens e quebra de sigilo bancário de prefeito e primeira-dama

Em decisão datada de segunda-feira (31), o juiz Jorge Antonio Sales Leite, titular da Comarca de Buriti e respondendo pela Comarca de Santa Quitéria, determinou a indisponibilidade dos bens do atual prefeito do município (Santa Quitéria), Sebastião Araújo Moreira, da esposa dele, Dalila Pereira Gomes e de Arquimário Reis Guimarães e da empresa A. Reis Guimarães até o limite de R\$ 2.069.154,00 (dois milhões, sessenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais). No documento, o magistrado determinou ainda a quebra do sigilo bancário do prefeito, da primeira-dama e de Arquimário.

A decisão atende a Ação Cautelar Preparatória de Improbidade com Pedido de Liminar proposta pelo Ministério Público Estadual em desfavor dos réus anteriormente citados “em razão de irregularidades/ improbidades praticadas no âmbito da Administração Pública, relacionados à gerência na área de saúde e de contratação de pessoal”.

Alega o MPE na ação que o prefeito e a primeira-dama vêm praticando atos em desacordo com a lei e contra os princípios norteadores da Administração Pública, se locupletando com o dinheiro público e administrando a prefeitura como se essa fosse um feudo deles.

Segundo a ação, em depoi-

mento, o ex-secretário de saúde, Odair José Oliveira Costa, que exerceu o cargo do início da atual gestão até o último mês de julho, relata que em 2014, quando teria havido incremento das verbas destinadas à Saúde, o prefeito teria contratado a empresa A. Reis Guimarães para o fornecimento do mesmo objeto contratado junto à empresa Dismabel, primeira contratada. Ainda segundo o relato do ex-secretário, com a segunda contratada, com endereço em Paço do Lumiar e que seria de propriedade de um vereador do lugar, teria havido a contratação e transferência de R\$ 2.069.154,00 (dois milhões, sessenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais) para a compra de material hospitalar que nunca teria sido entregue. O ex-secretário teria ressaltado no depoimento que dos R\$ 500 mil na conta do fundo da saúde teriam sobrado apenas R\$ 50 mil.

A contratação de diversos parentes (irmãos e sobrinhos, entre outros) do prefeito e da primeira-dama também é informada na ação onde constam nome, salário e parentesco dos mesmos.

Ilícitos administrativos - Nas palavras do juiz, no depoimento do ex-secretário, “pessoa que tem conhecimento dos pormenores da atual gestão, verifica-se a narração de fatos e supostos ilícitos administrativos, de responsabilidade, e porque não, criminais”.

Município é condenado por envolver empresas em fraudes

O Município de Gonçalves Dias foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a indenizar duas empresas por danos morais e materiais, após ter envolvido seus nomes em fraudes com falsificação de notas fiscais e recibos.

Seguindo entendimento do desembargador Marcelo Carvalho – relator do processo – os desembargadores da 2ª Câmara Cível do TJMA fixaram a indenização por dano moral em R\$ 40 mil para cada empresa, além de danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes) a serem apurados em liquidação de sentença.

As empresas acusaram o Município de ter utilizado indevidamente seus nomes para burlar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), forjando inúmeras notas fiscais e recibos com a identificação das empresas, simulando compra e venda de produtos em grande volume, totalizando mais de R\$ 200 mil.

O desembargador Marcelo Carvalho considerou comprovada

a fraude por parte do Município a fim de tentar justificar, em sua prestação de contas, o desvio de verbas orçamentárias utilizando despesas e gastos inexistentes.

O magistrado ressaltou que a Receita Estadual vem cobrando das empresas os valores de encargos e tributos referentes às notas frias, causando transtornos às mesmas. Ele também citou outros problemas sofridos pelas empresas que justificam a necessidade de indenização, como a perda de negócios e clientes, diminuição das vendas e objeções para a concessão de crédito.

O relator constatou a existência de responsabilidade civil objetiva pelos danos, mesmo que os atos tenham sido causados pelo ex-prefeito da cidade, garantido o direito de ação de regresso contra ele para cobrar os prejuízos.

“A pessoa jurídica reúne potencialidade para experimentar dano moral, podendo pleitear a devida compensação quando for atingida em sua honra”, observou. *(Ascom TJMA)*

Comissão inicia auditoria de contas da prefeitura de Bom Jardim

Uma comissão formada por membros da Corregedoria, Controladoria e Procuradoria do município de Bom Jardim (a 275 km de São Luís) começou, na segunda-feira (31), auditoria sobre os contratos firmados por Lidianne Leite da Silva, a Lidianne Rocha (sem partido), 25 anos, foragida da Justiça por suspeita de desvio de verbas da Educação, quando estava à frente da administração da cidade.

Empossada após a fuga de Lidianne, a prefeita em exercício Malrinete Gralhada (PMDB) disse que está fazendo o cadastramento de funcionários da prefeitura por haver indícios de irregularidades nas contas do Executivo Municipal, inclusive com possibilidade de “servidores fantasmas”.

“Recebi informações de que existem muitos funcionários fantasmas na folha de pagamento da Prefeitura de Bom Jardim. Então adotamos essa medida para a gente possa saber como está a real situação das folhas de pagamento do município”, afirmou.

Segundo Gralhada, o município de Bom Jardim está em esta-

do de abandono administrativo. Existem problemas nos contratos de licitações para construção e reforma de escolas da cidade, documentos foram extraviados da prefeitura e o salário dos funcionários públicos está atrasado.

Gralhada foi empossada na sexta-feira (28) pelo juiz Cristóvão Sousa Barros, titular da 2ª Vara da Comarca, no Fórum de Bom Jardim. O magistrado havia concedido, na quinta-feira (27), mandado de segurança determinando que a vice assumisse imediatamente a prefeitura.

A ex-prefeita Lidianne está foragida desde o dia 20 de agosto, quando foi deflagrada a “Operação Éden”, da Polícia Federal, que apura desvios de verbas da Educação. Dois ex-secretários de Bom Jardim foram presos – Humberto Dantas dos Santos, o Beto Rocha, de 41 anos (Assuntos Políticos), e Antônio Gomes da Silva, o “Antônio do Cesarino”, 31 (Agricultura).

De acordo com o superintendente da PF no Maranhão, Alexandre Saraiva, foi solicitada a inclusão do nome da ex-prefeita Lidianne na lista de procurados da Interpol. *(G1 Maranhão e Redação do JP)*

IMPERATRIZ

Lista de aprovados para comissário da Infância será divulgada nesta quarta-feira

Nesta quarta-feira (2), a Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz divulga a lista de aprovados na primeira fase da seleção para o cargo de Comissário da Infância Voluntário da unidade. A etapa inicial do seletivo aconteceu domingo (30), na Escola Municipal Sucesso da Criança (Imperatriz) e reuniu 118 dos 161 candidatos inscritos para a seleção.

De acordo com o edital da seleção, serão classificados para a segunda etapa os primeiros 100 colocados. Candidatos que não atingirem pontuação igual ou superior a 50% da prova serão eliminados, consta do edital.

A segunda etapa para os classificados na prova objetiva desse domingo consta de entrevista que acontece no período de 21 de setembro a 2 de outubro, na Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz. O agendamento da entrevista se dá de 14 a 19 de setembro, quando os classificados devem se dirigir ao Comissariado de Justiça para agendar dia e horário da mesma.